

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CAINDR

**REQUERIMENTO Nº _____ DE 2007.
(Da Senhora Vanessa Grazziotin)**

Requer realização de audiência Pública nesta Comissão, em conjunto com as Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com a presença do representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, do Presidente do Sindicato dos Analistas Tributários da Receita Federal – Sindireceita, do Secretário da Receita Federal e representantes de entidades sindicais, para discutir os efeitos da Medida provisória 380/2007 para às indústrias da Zona Franca de Manaus, assim como a própria indústria nacional.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito que esta Comissão a realização de Audiência Pública, em conjunto com as Comissões Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com a presença do representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, do Presidente do Sindicato dos Analistas Tributários da Receita Federal – Sindireceita, do Secretário da Receita Federal e de entidades sindicais, para discutir os efeitos da Medida provisória 380/2007 às indústrias da Zona Franca de Manaus, assim como a própria indústria nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Em junho de 2007, o poder executivo publicou a Medida Provisória nº

D21D01F901

380/2007, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

Contudo, a medida tem gerado preocupação em vários setores no Brasil, visto que criação do regime tributário especial, pode desestimular investimentos no país em setores que utilizam tecnologia avançada, como o de produtos eletroeletrônicos. A não definição de produtos que podem ser incluídos no regime pode, futuramente, prejudicar parques industriais como o Pólo Industrial de Manaus e outros estados participantes da Zona Franca.

Considerando que os estados da região norte podem ser profundamente prejudicados com a aprovação da Medida Provisória nº 380/2007 é que propomos a realização de uma Audiência Pública para ampliar a discussão sobre a instituição do Regime de Tributação Unificada para os produtos procedentes do Paraguai.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2007.

**Deputada Federal Vanessa Grazziotin
PCdoB/AM**

D21D01F901

